



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Processo n.º 50733-18.2019.6.05.8000

Assunto: Impugnação edital do Pregão n.º 46/2020 – Películas e persianas

Parecer n.º 436/2020

1. Retornam a esta Assessoria de Licitações e Contratos os autos do processo com vistas ao Registro de Preços visando a eventual aquisição e instalação de películas, persianas e vidros, bem como retirada e descarte de películas e vidros danificados, com Impugnação apresentada pela empresa Ulemá Pereira Campos-ME, por meio do documento n.º 1205253.
2. Alega a Impugnante, em síntese, que os preços estimados pela Administração para os itens 9 e 13 são inexequíveis, pois estão incompatíveis com o mercado e sequer suportariam todos os custos necessários para o fornecimento dos bens. Na oportunidade, apresenta tabela em que se verifica o item identificado como "tradicional", cujo valor da unidade "m²" corresponde a R\$72,82 (setenta e dois reais e oitenta e dois centavos).
3. Instada a se manifestar, a SEAQUI, unidade responsável pela elaboração da estimativa, prestou a seguinte informação (doc. n.º 1206035): *"O preço para os itens 9 e 13 foi estimado a partir dos valores praticados no Pregão 02/2019, cujas propostas datam de 29/01/2019. Foram coletados os três melhores lances, os quais foram atualizados pelo IPCA acumulado desde então. Na ocasião o item foi adjudicado por R\$ 36,99 o metro quadrado"*.
4. Com base nesta manifestação, o Pregoeiro se posicionou pela rejeição da Impugnação (doc. n.º 1206747).

É o breve Relatório.

5. De fato, a Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, trata da oferta de preços inexequíveis, e, para tanto, prevê a desclassificação das propostas. Vejamos:

“Art. 48. Serão desclassificadas:

(...)

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos

insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação”.

6. Porém, diante da previsão legal, percebe-se que a inexequibilidade apenas se admite como exceção e em hipóteses muito restritas. Como regra, será sempre permitido às licitantes comprovar a exequibilidade de seus preços, antes de qualquer sumário afastamento do certame.

6.2. Nesse contexto, vejamos o quanto afirmado pelo TCU:

“De fato, assiste razão aos Responsáveis quando aduzem que **não há regra específica sobre a inexequibilidade de preços para a aquisição de bens de consumo**. A Lei nº 8.666/1993, utilizada de forma subsidiária no pregão, define parâmetros de cálculo para a verificação da exequibilidade, somente para obras e serviços de engenharia (art. 48, § 1º). Também não há nos Decretos nºs 3.555/2000 e 5.450/2005, que regem o pregão, dispositivo específico tratando de inexequibilidade de preços. **(destacamos)**

Diante desta lacuna, **não cabe ao pregoeiro estipular, de maneira subjetiva, critérios de exequibilidade de preços, uma vez que não ha espaço para subjetivismos na condução dos certames públicos** (art. 44, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.)”. **(destacamos)**

7. Ora, se diante da hipótese concreta, de oferta no certame de preço aparentemente inexecuível, não é dado à Administração o direito de afastar as licitantes sem antes oportunizar a comprovação da sua exequibilidade, como afastar a estimativa feita por este Tribunal, de imediato, sem que antes se faça a tentativa de obter proposta dentro de tal parâmetro? Ainda que a impugnante tenha trazido "tabela" com valor superior, para os itens em questão, reputamos que isto, por si só, é insuficiente para determinar a inexecuibilidade. Até porque, pelo que percebemos, trata-se de um único preço, podendo não refletir, da melhor maneira, a média de mercado.

8. O método de correção/atualização de preços praticados pela Administração, como feito pela SEAQUI, tem sido usualmente utilizado nas licitações deste Tribunal, e, até então, não temos notícia de ser algo determinante para o insucesso dos certames. Portanto, a princípio, não temos elementos para afastar a estimativa em questão, que poderá ser revista diante de eventual fracasso na licitação.

9. Ante o exposto, opinamos pela rejeição da Impugnação apresentada pela empresa Ulemá Pereira Campos-ME, mantendo-se o edital do Pregão nº 46/2020 nos exatos termos em que foi lançado, com a manutenção dos valores máximos estimados pela Administração para os itens 9 e 13 do certame **(R\$44,77)**.

É o parecer, *sub censura*.